



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007246-59.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **CATIA CRISTINA RIBEIRO**
 Requerido: **BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

(RELATÓRIO CAMILA)

PODER JUDICIÁRIO

1ª Vara Cível de São Carlos

Processo nº 1007246-59.2015

VISTOS.

CATIA CRISTINA RIBEIRO ajuizou a presente **AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MORAIS E MATERIAIS POR COBRANÇA INDEVIDA** em face de **BV FINANCEIRA S/A- CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**, todos devidamente qualificados nos autos, alegando:

Que seu veículo foi apreendido indevidamente pelo réu, em uma ação de BUSCA E APREENSÃO ajuizada perante este Juízo. Tal ação foi julgada improcedente após ficar demonstrado que não havia débito em aberto. No ato da apreensão o veículo estava com **49.185 km** e na sua restituição apontava **49.376 km**, além de ter havido troca dos quatro pneus de uso regular, pneu de estepe, da bateria original, ainda foram ocasionadas avarias no para-choque. Além dos danos materiais referidos, sofreu danos morais pela cobrança indevida, o ajuizamento e apreensão do bem. Requereu a condenação do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

requerido.

Devidamente citado o requerido apresentou contestação destacando a ausência de documentos pessoais da autora RG ou CPF assim como comprovante de residência. Preliminarmente alegou falta do interesse de agir da autora, pois o problema poderia ter sido solucionado por outros meios, caso a autora a tivesse procurado administrativamente. No mérito alega a inexistência de dano material por falta de comprovação do nexo causal entre a conduta e o dano material alegado. Aduz que a autora não provou seus argumentos, nem a diferença de quilometragem. Informa que cumpriu a liminar deferida para retirar as restrições do nome da autora. No mais rebateu a inicial, requereu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 219/ 222.

As partes foram instadas a produção de provas às fls. 231. A autora manifestou interesse na oitiva de testemunha à fls. 234, o que foi indeferido pelo despacho de fls. 236.

DECIDO, no estado em que se encontra a lide por entender completa a cognição.

DAS PRELIMINARES :

As preliminares arguidas, não merecem prosperar pois totalmente infundadas. A inicial trouxe os documentos necessários e a autora ali expôs de modo claro as razões que a levaram ao ajuizamento da presente demanda; tais razões traduzem a necessidade na obtenção do pronunciamento judicial.

Cabe ainda consignar que se o direito não protege determinado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

interesse, significa que a ação deve ser julgada improcedente e não que a autora é carecedora de ação.

NO MÉRITO:

Trata-se de ação de INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS.

A autora teve contra si ajuizada ação de Busca e Apreensão (alienação fiduciária). Naquela LIDE, foi apreendido o veículo que havia financiado; a apreensão foi feita a pedido da aqui ré/financeira.

Na sequência, comprovando estar em dia com o pagamento das parcelas do financiamento, a autora recebeu de volta o veículo.

Todavia, no ato da devolução do referido bem as suas mãos, a autora verificou a troca de pneus, bateria e avarias no para-choque além da quilometragem apresentar um aumento excessivo em relação àquela marcada quando da apreensão.

A ordem de devolução do bem foi firmada por este Juízo em 24/04/2015 (cf. fls. 58). O entrega se efetivou cinco dias após (v. fls. 68).

Na ocasião a autora já notou as modificações que acabaram anotados pelo meirinho.

Ou seja, além de ter sido demandada por débito inexistente, a autora se viu privada do bem de uso pessoal por três dias e pior, ao receber o bem notou que havia sido mal cuidado e modificado.

Assim, a indenização perseguida a título de danos morais quadra

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

na espécie, pois tipificado o menoscabo moral; a situação gerou na pessoa da autora desassossego acima do tolerável, além de a ré ter demonstrado flagrante desorganização ajuizando ação sem necessidade alguma.

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado “critério prudencial”, referido na RT 650/63.

Atento a tais parâmetros e considerando o desrespeito à coisa julgada arbitro a indenização no valor equivalente a R\$ 10.000,00.

Já em relação ao pleito de danos materiais, a autora não terá a mesma sorte.

Com a inicial não foram juntados documentos que comprovam os danos materiais que experimentou. E quando instada a produção de provas, solicitou prova oral, que foi indeferida pelo despacho de fls. 234, que restou irrecorrido.

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pleito inicial para CONDENAR a requerida, BV FINANCEIRA S/A, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, a pagar à autora, CATIA CRISTINA RIBEIRO, a importância de R\$ 10.000,00, com correção a contar da publicação desta decisão, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação, a título de danos morais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sucumbente praticamente na totalidade, arcará o requerido com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor atualizado da condenação.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 a 525, do CPC.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 17 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**